



|                    |  |
|--------------------|--|
| <b>Processo nº</b> | 11030.001693/2002-97                             |
| <b>Recurso</b>     | Especial do Procurador                           |
| <b>Acórdão nº</b>  | <b>9303-009.373 – CSRF / 3<sup>a</sup> Turma</b> |
| <b>Sessão de</b>   | 15 de agosto de 2019                             |
| <b>Recorrente</b>  | FAZENDA NACIONAL                                 |
| <b>Interessado</b> | COOPERATIVA AGRÍCOLA TAPEJARA LTDA               |

### **ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

Período de apuração: 31/07/1998 a 31/12/1998

DÉBITO. DCTF. COMPENSAÇÃO. AÇÃO JUDICIAL. LANÇAMENTO. PROCEDÊNCIA.

É legal a glosa da compensação de débitos declarados e compensados em DCTF, sem amparo em lei e/ ou em decisão judicial autorizativa, bem como o lançamento de ofício das parcelas compensadas indevidamente.

MULTA DE OFÍCIO. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. APLICAÇÃO. RETROATIVIDADE BENIGNA.

Tratando-se de ato não definitivamente julgado aplica-se retroativamente a lei nova quando mais favorável ao contribuinte que a lei vigente ao tempo do lançamento, excluindo a multa de ofício pelo fato de os débitos lançados terem sido declarados na respectiva DCTF.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em conhecer do Recurso Especial e, no mérito, em dar-lhe provimento parcial para manter a exigência do crédito tributário, com a exclusão da multa de ofício. Votaram pelas conclusões as conselheiras Tatiana Midori Migiyama e Érika Costa Camargos Autran.

(documento assinado digitalmente)

Rodrigo da Costa Pôssas – Presidente em exercício e relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Andrada Márcio Canuto Natal, Tatiana Midori Migiyama, Luiz Eduardo de Oliveira Santos, Demes Brito, Jorge Olmiro Lock Freire, Érika Costa Camargos Autran, Vanessa Marini Cecconello, Rodrigo da Costa Pôssas

### **Relatório**

Trata-se de Recurso Especial interposto tempestivamente pela Fazenda Nacional contra o Acórdão nº 201-81.689, de 03/02/2009, proferido pela Primeira Câmara do antigo Segundo Conselho de Contribuintes.

O Colegiado da Câmara Baixa, por maioria de votos, deu provimento ao recurso voluntário do contribuinte, nos termos da ementa transcrita abaixo:

“ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL – COFINS

Período de apuração: 01/07/1998 a 31/12/1998

COFINS. AUTO DE INFRAÇÃO ELETRÔNICO. PROCESSO JUDICIAL NÃO COMPROVADO. ERRO DE FATO.

O auto de infração lavrado eletronicamente em virtude da divergência entre o CNPJ da matriz e o CNPJ da filial, que deram ensejo à lavratura do auto de infração eletrônico, deve ser cancelado se o contribuinte comprovar a falsidade destas premissas. Caso a Fiscalização, após constatada a efetiva existência do processo, pretenda constituir os créditos, ainda que objetive apenas evitar a decadência de valores, deve iniciar mandado de procedimento fiscal e elaborar novo auto de infração, com outro fundamento. Inclusive, neste caso, não haverá a incidência de multa. Não compete ao julgador alterar o fundamento do auto de infração para fim de regularizá-lo e manter a exigência, tal competência é privativa da autoridade administrativa fiscalizadora.”

Intimado desse acórdão, a Fazenda Nacional interpôs embargos de declaração, suscitando contradição/obscridade pelo fato de o processo judicial que ampararia a compensação dos débitos lançados, de fato, existia, mas com outro CNPJ e ainda pelo fato de a decisão judicial não ter autorizado as compensações efetuadas pelo contribuinte.

Os embargos foram analisados e rejeitados pelo Presidente da 3ª Câmara da 3ª Seção de Julgamento do CARF, nos termos do despacho às fls. 715-e/717-e.

Notificada da rejeição dos embargos, a Fazenda Nacional interpôs recurso especial, suscitando divergência, quanto à possibilidade do estabelecimento filial estar incluído no polo ativo de ação judicial impetrada pela matriz e, consequentemente, do alcance da decisão beneficiar a filial.

Alega, em síntese que, ao contrário do que consta do acórdão recorrido, o processo judicial que motivou o lançamento, de fato existe, mas é da matriz e não do contribuinte; assim, não poderia ter efetuado as compensações, tendo em vista que não faz parte da ação judicial.

Por meio do despacho às fls. 821-e/823-e, o Presidente da 3ª Câmara da 3ª Seção de Julgamento deu seguimento ao recurso especial interposto pela Fazenda Nacional.

Notificado do acórdão recorrido, do recurso especial da Fazenda Nacional e do despacho da sua admissibilidade, o contribuinte não se manifestou.

É o Relatório.

## Voto

Conselheiro Rodrigo da Costa Pôssas, Relator.

O recurso especial da Fazenda Nacional atende aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 67 do RICARF. Assim, dele conheço.

O lançamento em discussão decorreu da realização de auditoria interna em DCTF e teve como motivação: “*Proc jud de outro CNPJ*”, ou seja o processo judicial que amparou a compensação era de outro CNPJ e não do contribuinte.

Assim, a Fiscalização glosou a compensação efetuada e exigiu as parcelas indevidamente compensadas por meio de lançamento de ofício.

Na impugnação do lançamento, o contribuinte alegou, em preliminar, a sua nulidade, e, no mérito, que as parcelas lançadas e exigidas foram compensadas com créditos financeiros decorrentes dos pagamentos indevidos do PIS, objeto do processo judicial nº 98.1203184-7. Alegou ainda que o art. 66 da Lei nº 8.383/1991 permitia a compensação.

No julgamento da impugnação, a DRJ julgou-a improcedente, afastando a suscitada nulidade do lançamento, e no mérito não conheceu do direito de o contribuinte repetir/compensar os indébitos do PIS utilizados na compensação, por força da concomitância entre o processo judicial e o administrativo e manteve, na íntegra, o lançamento.

Inconformado com a decisão da DRJ, o contribuinte interpôs recurso especial alegando, em síntese, literalmente que: “(i) o auto de infração apenas restou lavrado para evitar a decadência do seu direito de cobrança; (ii) a compensação dos débitos; e (iii) a possibilidade de concomitância entre as vias administrativa e judicial.”

O Colegiado da Câmara Baixa, por maioria de votos, deu provimento ao recurso voluntário para cancelar o lançamento, sob os fundamentos de que: i) o processo judicial existia; e, ii) não autorizava a compensação dos débitos.

Nos embargos rejeitados pelo Presidente da 3ª Seção, a Fazenda Nacional suscitou omissão/obscureza, quanto à omissão da existência do processo judicial e sua autorização para a compensação efetuada pelo contribuinte.

Assim, essas matérias também devem ser enfrentadas, nesta fase recursal.

Ao contrário do entendimento do Colegiado da Câmara Baixa, o lançamento teve como motivação o processo judicial de outro CNPJ. Também, ao contrário do que consta no acórdão recorrido, na data em que o contribuinte efetuou a compensação das parcelas da COFINS, objeto do lançamento em discussão, entre 10/08/1998 e 08/01/1999, o processo judicial (98.1203184-7) interposto por ele, em 30/07/1998, visando à repetição/compensação dos indébitos do PIS, utilizados nas compensações alegadas, sequer havia sido julgado, em primeira instância. O julgamento nesta instância se deu em 19/04/2001, conforme prova a cópia da decisão às fls. 158-e/190-e. Na decisão judicial, o MM Juiz Federal autorizou a compensação do crédito financeiro do PIS, reclamado pelo contribuinte, apenas com débitos do próprio PIS, conforme sua conclusão reproduzida abaixo:

“Isso posto, julgo parcialmente procedente o pedido para, face à ilegalidade do Ato Declaratório Normativo nº 14, de 15/03/85, da SRF-CST e inconstitucionalidade dos Decretos-leis 2.445/88 e 2.449/88, ter como indevidos os recolhimentos para o PIS incidentes sobre a *receita bruta resultante de operações praticadas com não cooperados*, e reconhecer a existência de relação jurídica que autoriza a autora a **proceder à compensação** dos valores indevidamente pagos a título de PIS, conforme DARFs anexas, no período compreendido entre novembro de 1989 (fl. 147) e fevereiro de 1996, **com valores vincendos do próprio PIS, a teor do art. 66 da Lei 8.383/91**, independentemente de autorização prévia do fisco, mas ressalvada a possibilidade de este averiguar a regularidade do procedimento.” (destaques acrescidos).

Já a alegação do contribuinte que teria efetuado a compensação com amparo no art. 66 da Lei nº 8.383/1991, ao contrário do seu entendimento, este dispositivo legal somente

permitia a compensação de créditos financeiros com débitos tributários da mesma espécie, conforme destacado na decisão judicial. O art. 66, assim dispunha;

“Art. 66. Nos casos de pagamento indevido ou a maior de tributos, contribuições federais, inclusive previdenciárias, e receitas patrimoniais, mesmo quando resultante de reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória, o contribuinte poderá efetuar a compensação desse valor no recolhimento de importância correspondente a período subsequente.(Redação dada pela Lei nº 9.069, de 29.6.1995) (Vide Lei nº 9.250, de 1995)

§ 1º A compensação só poderá ser efetuada entre tributos, contribuições e receitas da mesma espécie.

(...).”

Assim, demonstrado e provado que, na data em que o contribuinte efetuou a compensação das parcelas da COFINS, objeto do lançamento em discussão, não havia amparo legal nem decisão judicial autorizando-as, ainda que pendente de trânsito em julgado, o lançamento deve ser mantido.

Com relação ao direito de o contribuinte fazer parte do polo ativo da ação judicial e poder efetuar a compensação do crédito financeiro em discussão, com quaisquer tributos, independentemente de poder ou não de fazer parte e se beneficiar dela, conforme demonstrado e provado, nas datas das compensações realizadas entre 10/08/1998 e 08/01/1999, a ação judicial sequer havia sido julgado em primeira instância. Também, conforme demonstrado, o julgamento nesta instância somente ocorreu em 19/04/2001 autorizou a compensação dos créditos do PIS apenas com débitos desta mesma contribuição.

Quanto à multa punitiva, no lançamento de ofício de débitos declarados em DCTF, sua exigência teve como fundamento o art. 44, inciso I, da Lei nº 9.430/1996. Contudo, o art. 18 da Lei nº 10.833/2003, assim determina:

“Art. 18. O lançamento de ofício de que trata o art. 90 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, limitar-se-á à imposição de multa isolada sobre as diferenças apuradas decorrentes de compensação indevida e aplicar-se-á unicamente nas hipóteses de o crédito ou o débito não ser passível de compensação por expressa disposição legal, de o crédito ser de natureza não tributária, ou em que ficar caracterizada a prática das infrações previstas nos arts. 71 a 73 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964.”

Ora, segundo este dispositivo legal, a aplicação de penalidade no lançamento de débito declarado na respectiva DCTF, em decorrência de compensação indevida, limitar-se-á à imposição de multa isolada e deverá ser aplicada unicamente nas hipóteses elencadas no art. 18, citado e transcrito acima. No presente caso, aquelas hipóteses não ocorreram.

Assim, por força do princípio da retroatividade benigna das leis, previsto no art. 106, II, "c", do CTN, a multa de ofício, exigida com fundamento no inciso I do art. 44 da Lei nº 9.430/1996, deve ser exonerada.

Em face do exposto, DOU PROVIMENTO PARCIAL ao recurso especial da Fazenda Nacional, para manter a exigência do crédito tributário, com a exclusão da multa de ofício.

(documento assinado digitalmente)  
Rodrigo da Costa Pôssas

